



CONCEIÇÃO DO COITÉ

PODER LEGISLATIVA

Vereador **Gease**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA.

O vereador **GEASE FREITAS MASCARENHAS**, vem, a tempo, apresentar Voto ao Projeto de Lei nº 01/2021, do Vereador Fagner Ramos, nos seguintes termos:

DA INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA.

O projeto de Lei nº 01/2021, do vereador Fagner Ramos, como bem explicado por Vossa Excelência, traz em seu bojo matéria tributária, supondo existir vício de iniciativa, vejamos o que disse:

“IN CASU, É FLAGRANTE QUE O INSTRUMENTO LEGISLATIVO EM ANÁLISE POR ESTE RELATOR, É DE SUMA RELEVÂNCIA PARA A SOCIEDADE, TODAVIA, ATENTA CONTRA O DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL SUPRA, O QUE REVELE EM VÍCIO QUANTO À INICIATIVA.

Em que pese o ilustre voto da Vossa Excelência, inclusive com uma interpretação equivocada dos dispositivos constitucionais aplicado ao caso, esse Vereador vem dizer e requerer o que segue:

PRIMEIRO, o parecer da Assessoria Jurídica dessa casa, apresentado no dia 15/02/2021, diz que:

Da mesma forma, é **lícita a propositura da matéria do PL**, uma vez que, em que pese tratar **de assunto tributário**, não se debruça sobre orçamento, nem tampouco cria despesas ao Executivo Municipal, **concedendo, apenas, como forma de fomento**, desconto no pagamento de taxa de



CONCEIÇÃO DO COITÉ

PODER LEGISLATIVA

Vereador **Gease**

fiscalização, no intuito de ajudar o comércio local a passar pela crise sanitária.

Diante disso, **não fere nenhuma das hipóteses de iniciativa exclusiva do Prefeito, contidas nos incisos do artigo 49 da Lei Orgânica do Município**

Ao revés, é, a concessão ora pleiteada, objeto das matérias legislativas da Câmara Municipal, vide artigo 31, incisos I e II da Lei Orgânica que rege esta municipalidade.

Assim, também é lícito, o presente Projeto de Lei, quanto a sua matéria. No mais, quanto a natureza da legislação neófito, o PL também cumpre seus requisitos, uma vez que não há alteração da lei complementar que institui o Código Tributário Municipal, mas, em verdade, regulamentação desse, para a cobrança excepcional de um tributo no exercício de 2021. Cumpre dizer que a possibilidade de concessão do incentivo é prevista pela Lei Complementar Municipal nº034/2009, nos artigos 25 e seguintes, que determina a ocorrência de incentivos por meio de lei especial, a qual este PL se propõe. Quanto à constitucionalidade, de pronto, pode-se afirmar pela ressonância com os princípios fundamentais. Merece destaque dizer que o artigo 1º, inciso IV da Constituição Cidadã estabelece como fundamento desta nação brasileira os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Assim, a presente proposta coaduna com os valores sociais constitucionalmente estabelecidos e busca garantir o desenvolvimento regional, por uma sociedade justa e solidária (Art. 3º, I, CF/88).

SEGUNDO, já é pacífico nos tribunais superiores, em especial no Supremo Tribunal Federal, que o poder legislativo pode criar leis de natureza tributária, entendendo que em matéria tributária, não há competência privativa do Poder Executivo (STF, Plenário, ADI 3205/MS. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. DJ 17.11.2006), vide jurisprudência do STF:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL, DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO, QUE CONCEDE ISENÇÃO AO CIDADÃO DESEMPREGADO DO



CONCEIÇÃO DO COITÉ

PODER LEGISLATIVA

Vereador **Gease**

PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PROMOVIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CIDREIRA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. NÃO HÁ FALAR EM RESERVA DE INICIATIVA QUANTO À MATÉRIA TRIBUTÁRIA. O ART. 61, §1º, II, "B" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO É DE OBSERVÂNCIA COGENTE PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. APLICABILIDADE RESTRITA AOS TERRITÓRIOS. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70024463994, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em 10/11/2008)

ORA, RESTA DEMONSTRADO TANTO NO PARECER JURÍDICO DA ASSESSORIA DESTA CASA, ASSIM COMO NO ENTENDIMENTO PACÍFICO DO STF, QUE O PODER LEGISLATIVO PODE LEGISLAR NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO, NÃO EXISTINDO ASSIM VÍCIO DE INICIATIVA, CONFORME ALEGADO PELO NOBRE RELATOR.

II - CONCLUSÃO.

Diante de tudo quanto exposto, vê-se que o presente Projeto de Lei, preenche todos os requisitos formais e materiais, conforme **PARECER JURÍDICO DA ASSESSORIA DESSA CASA**, assim como pelas argumentações exposta acima.

Assim, nos termos do art. 31, § 3º, do Decreto nº 215/2014, **DISCORDAR DO VOTO DO RELATOR, VOTANDO** pela **legalidade e constitucionalidade do presente projeto**, devendo o mesmo ter seu trâmite processual seguido, para sua **TRAMITAÇÃO**, bem como para sua **APROVAÇÃO**.

É O Voto

Conceição do coite 12 de março de 2021

Gease Freitas Mascarenhas
Gease vereador